

Cartografia *Queer* Catrumana: Um estudo sobre as vivências Lgbtqiapn+ no Norte de Minas Gerais

Queer *Catrumana* Cartography: A Study on Lgbtqiapn+ lives in the North of Minas Gerais

Triodite Gabriel Donizetti Partenos Ferreira Simionato

Universidade Estadual de Montes Claros

<http://orcid.org/O0000-0002-1127-2453>

triodite.simionato@gmail.com

Resumo

Este artigo busca realizar uma cartografia *queer* das subjetividades LGBTQIAPN+ do Norte de Minas Gerais. Para tanto, optou-se por analisar as produções científicas acerca dessa temática e entender como o discurso acadêmico tem registrado esses modos de vida, experiências e (re)existências e as produzindo enquanto identidades. Ao todo foram selecionadas 33 produções (entre artigos, capítulos, textos de anais, dissertações e teses). Assim, baseou-se nas teorizações de Preciado, Halberstam, Lauretis, Butler e Foucault. Verifica-se a escassez de produções sobre essa temática, configurando-se como uma interdição discursiva; além dos mecanismos acionados pela LGBTfobia e pela cisheteronormatividade na região estudada; os conflitos entre espaço público e privado; e o assimilacionismo. As produções selecionadas foram agrupadas em três eixos centrais, a partir de suas discussões: as trajetórias e mobilizações da comunidade LGBTQIAPN+, as vivências nos espaços públicos, e os diálogos estabelecidos com as políticas e experiências educacionais. Todavia, ressalta-se os poucos trabalhos, o que mostra uma lacuna nas pesquisas sobre as existências dissidentes no norte de Minas Gerais. Além disso, a maioria dos textos relatam apenas as experiências da cidade de Montes Claros, ainda que o objetivo fosse analisar a região como um todo. Por fim, percebe-se a manutenção de um regime cisheteronormativo e violento, que atua não só na materialidade dos corpos, mas também no registro dessa violência, silenciando e inviabilizando essas existências.

Palavras-chave: Cartografia *Queer*, Norte de Minas Gerais, LGBTQIAPN+.

Abstract

This article seeks to carry out a queer cartography of LGBTQIAPN+ subjectivities in the North of Minas Gerais. To this end, we chose to analyze the scientific productions on this theme and understand how the academic discourse has recorded these ways of life, experiences and (re)existences and produced them as identities. In all, 33 productions were selected (including articles, chapters, annals, dissertations and theses). Thus, it was based on the theorizations of Paul Preciado, Jack Halberstam, Teresa de Lauretis, Judith Butler and Michel Foucault. There is a scarcity of productions on this theme, configuring itself as a discursive interdiction; in addition to

<https://doi.org/10.5281/zenodo.14500728>

the mechanisms triggered by LGBTphobia and cisheteronormativity in the studied region; the conflicts between public and private space; and assimilationism. The selected writings were grouped in three central categories, basing on their discussions: the trajectories and mobilizations of the LGBTQIAPN+ community, the public space experiences, and the dialogues that were established with local politics and educational experiences. However, we highlight the short amount of works, which reveals a lack of research on dissident lives in the north of Minas Gerais. Furthermore, the majority of writings are restricted to the experiences in the city of Montes Claros, even though we sought out to study the whole region. Ultimately, it's evident the maintenance of a cishetonormative and violent regime, which operates not only on the materiality of the bodies, but also in the documentation of this violence, silencing and making invisible these existences.

Keywords: *Queer* Cartography, North of Minas Gerais, LGBTQIAPN+.

Mas todo mundo ali dormia sabendo que
plantamos flores no Sertão, e que serão regadas
por gerações, ainda que pisem em nossos jardins

(Technogender, 2021)

1. Introdução

Nesta investigação, busco cartografar as vivências, experiências e (re)existências de sujeitos norte-mineiros identificados como LGBTQIAPN+ pela produção acadêmica - isto é, buscamos entender como essas subjetividades e experiências foram classificadas e nomeadas como identidades LGBTQIAPN+ pelos próprios discursos acadêmicos/científicos que as analisavam. Neste artigo, objetivo entender as suas movimentações, mobilizações, percepções, reivindicações, atuações e relações, e o funcionamento dos mecanismos da LGBTfobia e da cisheteronormatividade aos quais tais sujeitos estão submetidos.

O título escolhido é uma paráfrase da tese de Sérgio Neves, *Cartografia decolonial catrumana* (2020). Partindo dos estudos geográficos, o autor conceitua que uma cartografia decolonial “não rompe com os aparatos e elementos essenciais da cartografia oficial, mas deles se apropriam para visibilizar outras formas de concepção do espaço e de cartografar subalternizados” (Neves, 2020, p. 92).

Neste artigo, entretanto, parto dos estudos *queer* e feministas para pensar essas relações entre a comunidade *queer* no sertão norte-mineiro (que também se configura como sujeitos

subalternizados), não se afastando assim de uma perspectiva decolonial, afinal, *pode a queer catrumana falar?*

O termo *catrumano*, empregado por Neves, foi usado por viajantes naturalistas do século XIX para descrever preconceituosamente o sertão do Norte de Minas Gerais, conforme ele assinala

O sentido do termo (...) é inspirado na sua etimologia, a qual foi empregada como emblema de resistência pelo Movimento Catrumano. O movimento foi criado na cidade de Montes Claros no ano de 2005, com o intuito de resgatar a história e promover a visibilidade sociocultural norte mineira, bem como sua importância no processo de formação da sociedade vigente no Estado de Minas Gerais. Portanto, o termo se difere do sentido pejorativo e se reconstrói com uma positivação do seu significado, valorizando o “capião”, o sertanejo, as diferentes identidades e a riqueza cultural dos povos e comunidades tradicionais existentes no Norte de Minas Gerais (Neves, 2020, p. 93).

Desse modo, investigo sobre a população LGBTQIAPN+ norte-mineira, uma vez que percebemos a escassez de dados sobre a comunidade nessa região (quer sejam em produções jornalísticas, literárias, artísticas, legislativas, jurídicas, policiais, etc.) - ou seja, a pergunta que indagamos é: o que se sabe sobre a comunidade LGBTQIAPN+ *catrumana* e por que não se fala sobre ela? Sabendo que o Norte de Minas Gerais é uma região precária, conservadora e tradicionalista, de direcionamento cristão, composta por 89 municípios, marcadamente agro-pastoril, de baixa densidade populacional e baixa urbanização, baixos valores no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (Pereira, 2006, p. 32-37). Sendo a cidade Montes Claros o pólo econômico, urbano e científico da região, propusemos mapear as vivências *queer* e as suas relações estabelecidas com esse território, porém também buscando entender essa realidade em relação a outras cidades da região - realidade esta que, por sua vez, não é tão pesquisada, mostrando-se uma lacuna nessa pesquisa, que majoritariamente debruça-se apenas nas experiências de Montes Claros por não encontrar dados referentes sobre as outras cidades do sertão norte-mineiro.

De maneira especial, visto nossa posição em um ambiente acadêmico, podemos notar a falta e a precariedade de produções científicas sobre essa temática, ainda que as universidades norte-mineiras tenham volumosas pesquisas acerca das relações de gênero e feminismos. Para tanto, escolhi analisar a produção bibliográfica que abarcasse essa

temática, buscando perceber quais dados são possíveis de serem extraídos, que discursos são fomentados, como é representada a comunidade LGBTQIAPN+, quais os históricos, as dificuldades, os conflitos e as resistências desses sujeitos, e como a LGBTfobia e a cisheteronormatividade operam em uma região socioculturalmente conservadora.

Percebe-se a necessidade de indagar tais pontos pois, em resposta à provocação do início, a *queer* catrumana só pode falar se tiver alguém para escutar. Não se trata de dar voz ou visibilizar esses sujeitos: eles possuem vozes próprias, são visíveis e agentes na história, mas sim de escutar, vê-los e reconhecê-los (Rovai, 2017), isto é, de romper com os silenciamentos (pois não são silenciosos, mas silenciados), com as invisibilização (pois não são invisíveis, mas invisibilizados) e com os apagamentos (pois não são ausentes da história, mas apagados). Essa perscrutação e sintetização dos trabalhos já feitos pode, assim, fornecer pistas para futuras pesquisas e mostrar as lacunas que ainda precisam ser preenchidas.

Para tal, optei por uma análise bibliográfica, a partir também de uma breve análise do discurso (Foucault, 1999) desses textos encontrados. Recorrendo às plataformas de pesquisa, foram selecionados 33 textos (entre artigos, capítulos, textos de anais, dissertações e teses). Ressalto, entretanto, que o montante é baixo: basicamente selecionamos todos os textos que foram possíveis de serem encontrados que, de alguma forma, abordam as experiências *queer* do sertão norte-mineiro (de maneira especial, as experiências montesclarenses, pois apenas alguns poucos textos encontrados analisam as experiências de outras cidades da região), ou seja, a produção acadêmica acerca dessa temática restringe-se há algumas dezenas de trabalhos. Destarte, das produções encontradas, poucas são específicas sobre a vivências LGBTQIAPN+ no Norte de Minas; uma parte trata sobre temáticas amplas, ainda que neste contexto regional, como a prostituição, HIV/Aids, *bullying* nas escolas, entre outras, das quais é possível retirar dados sobre a comunidade LGBTQIAPN+; outra parte das produções é focada na comunidade LGBTQIAPN+ especificamente, mas em um contexto estadual e não regional, sendo possível encontrar alguns dados sobre o região Norte do Estado. Para além disso, a grande maioria retrata a realidade de Montes Claros e não do Norte de Minas.

Este artigo divide-se apresentando, sequentemente: os debates teóricos que nos impulsionam (como as discussões de cartografia *queer* de Preciado, de sujeito excêntrico de Lauretis, de espaço queer de Halberstam, de performatividade e precariedade de Butler); os resultados da análise foram agrupados em três seções, uma discutindo as trajetórias e os históricos das mobilizações sociais da comunidade LGBTQIAPN+, um sobre as vivências, experiências e (re)existências *queer* nos espaços públicos e privados, e um sobre os debates na área da Educação. Por último, apresento as considerações finais.

2. Sujeitos excêntricos entre normas e discursos, cartografias e espaços

Para essa investigação, vamos partir da conceitualização de “cartografia *queer*”, proposta por Paul Preciado. Para o autor, uma cartografia *queer* difere de uma cartografia dominante (também chamada de identitária), já que essa última procura identificar fatos dados, produtos sólidos, criando taxonomias de sujeitos, os identificando em categorias fixas e marcadas, isto é, parte de uma concepção de que existe uma verdade, uma realidade, que precisa ser descoberta e iluminada pela ação do cartógrafo - um sujeito neutro (Preciado, 2017, p. 2-3). Em contrapartida, a cartografia *queer*, desenvolvida com base em Foucault, Deleuze e Guattari, procura mapear e desenhar as mecânicas que o poder assume, na produção das subjetividades, quando é espacializado; assim, não é só identificar esses sujeitos no tempo e espaço, mas mapear como são produzidos pelas “tecnologias de representação, informação e comunicação” (Preciado, 2017, p. 9-10).

Nessa crítica, a cartografia identitária, quando procura esses “vestígios” das dissidências de gênero e sexualidade, o faz a partir de uma ideia já pré-concebida e estabelecida do que são essas identidades, como se fossem homogêneas e fixas em qualquer cenário, estabelecendo uma linearidade entre essas múltiplas experiências históricas, sem levar em consideração como essas mesmas subjetividades são produzidas constantemente nos diferentes tempos e espaços pelos diferentes mecanismos de poder, e se tornam voláteis a depender das relações que são estabelecidas. Por sua vez, a cartografia *queer* busca “compreender melhor os espaços e suas divisões públicas ou privadas, a sua opacidade e sua transparência, a sua acessibilidade ou a sua oclusão” (Preciado, 2017, p. 14-15). Pois, como alertou Foucault, a análise requer “não transformar o discurso em um jogo de

significações prévias; não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos que decifrar apenas” (1999, p. 53).

Conforme Preciado, “a produção de sujeitos desviados na modernidade é inseparável da modificação do tecido urbano, da fabricação de arquiteturas políticas específicas nas quais esses sujeitos circulam, se adaptam e resistem à normalização” (2017, p. 11). Assim, entender essas relações entre os mecanismos do poder nos espaços, públicos ou privados, com a produção de subjetividades dissidentes é o que nos interessa: como os mecanismos da LGBTfobia e da cisheteronormatividade operam no Norte de Minas Gerais, como afetam os sujeitos *queer*, como os espaços de controle, de vigilância e punição (a escola, o hospital, a tribuna e o tribunal), se relacionam com essas subjetividades, que mesmo assujeitadas nesses regimes sexuais, resistem, subvertem, reinventam, lutam e produzem seus próprios espaços. Já que, para Foucault, um “conjunto genealógico” de análise (que Deleuze e Guattari entendem como uma cartografia, conforme mostra Preciado) investiga “como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discurso; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação” (Foucault, 1999, p. 60-61).

Nesse sentido pensamos as contribuições de Teresa de Lauretis para analisar esse jogo entre subjetividades e coerções; com base na autora, que tratou sobre mulheres e o discurso patriarcal, aqui pensaremos como os indivíduos LGBTQIAPN+ são definidos pelo discurso cisheteronormativo, mas só dentro dele é que se constituem enquanto sujeitos (Lauretis, 2000, p. 17-18). Nessa esteira, também Butler alega que quando somos submetidos ao discurso é quando podemos fazer uso de sua linguagem (Butler, 2011, p. 22). Lauretis também pensa as mulheres como “sujeitos excêntricos”, que estão ao mesmo tempo dentro e fora do discurso patriarcal (Lauretis, 2000, p. 112): do mesmo modo os sujeitos *queer* em relação à cisheteronormatividade. Todavia, podemos pensar que nem sempre indivíduos LGBTQIAPN+ se convertem em sujeitos excêntricos, uma vez que, para tal, conforme Lauretis (2000, p. 138), é necessário uma renúncia e um deslocamento desse lugar (aqui chamaremos de território cisheterossexual) para um lugar desconhecido (um espaço *queer*), no qual até mesmo o falar e o pensar não são garantidos (visto que o discurso exclui, interdita e segrega), mas é um lugar necessário, já que no outro não é possível continuar

vivendo (pois vive-se precariamente) - veremos essa relação quando pensarmos as experiências assimilacionistas da comunidade.

A noção de “espaço *queer*” utilizada parte de Jack Halberstam. Para o pesquisador, pessoas *queer* vivenciam o tempo e o espaço de forma específica, já que suas noções não são regidas pelas instituições da família, da heterossexualidade e da reprodução (Halberstam, 2022, p. 283). “O termo ‘espaço *queer*’ se refere às práticas de criação de lugares dentro do pós-modernismo que congregam pessoas *queer*, além de descrever os novos conceitos de espaço possibilitados pela produção da contracultura *queer*” (Halberstam, 2022, p. 288) - assim, um “espaço *queer*” é aquele que rejeita a cisheteronormatividade, produzindo novos modos de viver, e não simplesmente um espaço usado/frequentado por pessoas LGBTQIAPN+.

Esse modo *queer* de vivenciar o espaço e o tempo, não regido pela continuidade cisheterossexual (da família tradicional, da reprodução do capital e de indivíduos, das noções burguesas de sucesso e estabilidade), não é restrito aos indivíduos LGBTQIAPN+, mas também vivenciado por “prostitutas” ou “soropositivos” (e conforme veremos nos textos, tais grupos mantêm relações bem próximas com as vivências LGBTQIAPN+). Além disso, pensar um espaço *queer* também nos provoca a (re)elaborar sentidos de local e global, afinal sujeitos *queer* sempre foram vistos como identidades urbanas - das ruas, do anonimato das metrópoles (Halberstam, 2022, p. 294); assim, nesta pesquisa em específico, como pensar essa contradição ontológica quando falamos de pessoas LGBTQIAPN+ (uma identidade metropolitana/global) num território tradicional/interiorano/local? E, quando focamos em Montes Claros (uma cidade populosa, sendo a maior da região), como pensamos esse território urbano/capitalista/global vivenciado por sujeitos *queer* interioranos/locais? E, ao fim, quem veio da “metrópole” e quem veio da “colônia”: a cisheteronormatividade ou os sujeitos *queer* catrumanos?

Por fim, para compreender essas relações entre os espaços públicos e privados e os sujeitos *queer*, nos baseamos no conceito de “precariedade” de Judith Butler, pois, conforme a autora, o espaço público é normatizado, definindo quem deve habitá-lo, quem pode ser visto, ouvido, lembrado (Butler, 2011, p. 28). Assim os mecanismos do poder operam ora criando sujeitos que são “menos que humano”, para gerar a repulsa, mas

também *não* criando, ocultando e silenciando, não os enxergando como sujeitos, não aparecendo nos discursos e, assim, são relegados a um estado de não-existência (Butler, 2011, p. 28-29). Esses sujeitos são submetidos a uma situação de precariedade (social e econômica), marginalizados e expostos à violência e à morte (Butler, 2009, p. 323). Nesse ínterim, há uma estreita relação entre a performatividade e a precariedade, pois

A precariedade, é claro, está diretamente relacionada às normas de gênero, pois sabemos que aqueles que não vivem seus gêneros de uma maneira inteligível inserem-se em um alto risco de assédio e violência. As normas de gênero têm muito a ver com como e de que maneira podemos aparecer no espaço público; como e de que maneira se distinguem o público do privado e como esta distinção se instrumentaliza a serviço de políticas sexuais; quem será criminalizado de acordo com sua aparição pública; quem não será protegido pela lei ou, de maneira específica, pela polícia, na rua, no trabalho ou em casa. Quem será estigmatizado? Quem será objeto de fascínio e local de consumo? Quem terá assistência médica perante a lei? Quais relações íntimas serão reconhecidas pela lei? (Butler, 2009, p. 323, tradução nossa).

Essas perguntas serão respondidas com a leituras dos textos sobre a comunidade LGBTQIAPN+ norte-mineira; e perceberemos que ela se configura dentro desse estado de precariedade que conceitua Butler: não é reconhecida pela lei, pelos serviços de saúde, pelo mercado de trabalho, pelas escolas e universidades, e não está nos discursos.

3. Trajetórias das mobilizações LGBTQIAPN+ montesclarenses

Antes de iniciarmos a discussão dos artigos, apresentaremos um quadro com os textos selecionados para este tópico: expondo a autoria, o título, e suas principais discussões (Quadro 1).

Quadro 1. Relação de referências por título, autor e recorte temático

AUTORIA E DATA	TÍTULO	RECORTE
MENDES, S. (2013).	<i>O direito à mudança de nome pelo transexual como efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana</i>	Transgeneridades Uso do nome social Montes Claros
JESUS, F.; BRANDÃO, V.; SALES, D. (2014).	<i>Homossexualidade e direitos humanos: uma relação necessária.</i>	Direitos Humanos Violência Montes Claros

JESUS, F.; SANTOS, S.; SALES, D. (2015).	<i>Movimento homossexual e a busca pelo reconhecimento dos direitos dos homossexuais no sertão norte-mineiro.</i>	Movimento LGBTQIAPN+ Violência Montes Claros
LOPES, A.; NIZA, J. (2017).	<i>Políticas públicas no combate à homofobia.</i>	Políticas públicas Homofobia Montes Claros
COACCI, T. (2019).	<i>Movimento trans em Belo Horizonte: resgatando o histórico e mapeando o presente.</i>	Movimento LGBTQIAPN+ Transgeneridades Montes Claros
PEIXOTO, V. (2020).	<i>Crimes contra LGBTs no Brasil e o discurso do Estado pelos órgãos de segurança pública e jurídicos.</i>	Violência Homofobia Montes Claros

O artigo de Silvana Mendes (2013) trata sobre a alteração, por pessoas transgêneras, do nome no registro civil sem a exigência da cirurgia de redesignação sexual, até então obrigatória; para tanto a autora analisa dois casos: um da Argentina e outro de Montes Claros (2013, p. 37). O caso de Montes Claros refere-se a sentença dada em 2008, autorizando uma mulher transfeminina a alterar o nome após a realização de sua cirurgia. O requerimento para a mudança se deu em 2006, com a abertura do processo, sendo utilizadas como “provas” certidões emitidas por variados cartórios, certidões da Polícia Federal, pareceres do Ministério Público, laudos psicológicos (de antes e depois da cirurgia) e relatos de testemunhas (que comprovassem a transgeneridade da requerente); a decisão judicial foi parcialmente favorável, desde que constasse a observação de que o prenome e o sexo foram alterados pela Justiça (Mendes, 2013, p. 39).

Esse artigo nos demonstra como o processo de mudança do nome civil já foi muito mais custoso à população transgênera, a qual se via obrigada a comprovar exaustivamente sua transgeneridade por meio de documentos *oficiais e legítimos*; além disso, haveria ainda o desconforto de conviver com uma decisão parcialmente favorável, constante que o nome e o sexo foram alterados *a posteriori*. O artigo traz outras informações, por exemplo que essa transfeminina possuía duas irmãs também transgêneras e para elas a alteração do nome civil

era mais importante do que a cirurgia de transgenitalização, uma vez que nomes “oficiais” evitam os constrangimentos públicos decorrentes do *nome morto* (Mendes, 2013, p. 40). Apesar dessa defesa da facilitação da alteração no registro civil (hoje alcançada), a autora utiliza o termo “transexualismo” e utiliza os pronomes masculinos quando se refere a essas mulheres trans antes da alteração no registro civil.

O artigo de Fabíola de Jesus, Viviane Brandão e Dimas Sales (2014) esboça sobre a relação entre homossexualidade e direitos humanos, dando certo foco para o contexto de Montes Claros. Conforme os autores, não há estatísticas que medem a violência sofrida pela comunidade LGBTQIAPN+ em Montes Claros, é uma violência “escamoteada”, porém que ocorre na escola, na família, no trabalho e da qual as travestis são as principais vitimadas (Jesus et al., 2014, p. 121). Os pesquisadores também citam a promulgação em setembro de 2008 da Lei Municipal de Combate às Práticas Discriminatórias em Razão da Orientação Sexual - conhecida como Lei Rosa (Jesus et al., 2014, p. 121). Todavia, também denuncia-se o uso nesse artigo dos pronomes masculinos para se referir às travestis.

O artigo seguinte de Fabíola de Jesus, Simone Santos e Dimas Sales (2015) traça a trajetória do movimento homossexual em Montes Claros. O movimento tem seu marco inicial no ano de 2002, a partir do Grupo de Apoio e Prevenção aos Portadores de AIDS (GRAPPA), o qual passou a executar o projeto governamental “Homens que fazem sexo com homens” (HSH), encerrado em 2005. A partir dessas redes de sociabilidades criadas pelo GRAPPA, emerge o movimento homossexual de Montes Claros. Também no ano de 2002 ocorreu o assassinato, por motivações homofóbicas, do bailarino Igor Xavier, o que gerou comoções e articulações públicas, como a criação da Associação Igor Vive, em 2008 (2015, p. 119). Outros assassinatos por motivações homofóbicas abalou os cenários homossexuais de Montes Claros: em 2003, de Fernando (Jesus et al., 2015, p. 119) e de André Felipe Vieira Colares, em 2016 (Cardoso *et. al.*, 2022, p. 1921). Em 2004, o Movimento Gay das Gerais (MGG) foi fundado e realizou sua primeira Parada do Orgulho GLBT (Jesus; Santos; Sales, 2015, p. 120). No ano de 2008, além da fundação da Associação Igor Vive, fundou-se o Grupo de Convivência GLBTS, o Núcleo de Estudos sobre Homocultura (NEHOM) e foi promulgada a Lei Rosa (Jesus; Santos; Sales, 2015, p. 120).

Por sua vez, o artigo de Anamaria Lopes e Jaqueline Niza (2017), sobre políticas públicas no combate à homofobia, é bem restrito, trazendo apenas a informação da Lei Rosa em Montes Claros (Lopes; Niza, 2017, p. 12). Assim como é restrito o artigo de Thiago Coacci (2019), sobre o movimento trans em Belo Horizonte, trazendo o relato de uma mulher trans, Gisella, envolvida nos movimentos belo-horizontinos, mas natural de Montes Claros e uma das fundadoras do MGG, inclusive relatando se arrependeu de ter aceitado o nome como Movimento Gay das Gerais (Coacci, 2019, p. 28-29). Por fim, encerrando esse tópico, o artigo de Valdenízia Peixoto (2020) analisa quatro casos de homicídios por motivações homofóbicas, sendo um deles o caso de Igor Xavier. A autora traça o perfil socioeconômico dos perpetradores: homens ricos, ligados à agropecuária e à política no Norte de Minas, o que acarretou em uma longa demora da Justiça em julgar o caso - ao todo 11 anos (Peixoto, 2020, p. 235-236). O caso ficou conhecido midiaticamente como o primeiro julgamento de crime “por motivações homofóbicas”, ainda que a Justiça tenha retirado essa qualificação (2020, p. 236). Acerca da motivação homofóbica não reconhecida nos tribunais, o Ministério Público alegava que o homicídio se deu por motivo “fútil” e “desentendimento banal” (2020, p. 242), além das tentativas de desmoralização da vítima empreendidas pela defesa dos perpetradores (2020, p. 234) - técnica recorrente quando os culpados agem por motivações preconceituosas. Demonstra-se, assim, como a Justiça é também um dos mecanismos para o funcionamento da cisheteronormatividade, do heterossexismo e da LGBTfobia, uma vez que trata essas pautas com indiferença e silenciamentos (Peixoto, 2020, p. 243) - ressaltamos aqui as correlações possíveis com a obra de Butler (2011) sobre o luto público e o reconhecimento da violência pelo Estado quando as vítimas são pessoas LGBTQIAPN+, em outras palavras, quando são vidas precárias, passíveis de serem mortas.

Esse tópico nos traz informações sobre a organização dos movimentos LGBTQIAPN+ em Montes Claros (sobre outras cidades norte-mineiras, não conseguimos rastrear produções acadêmicas). Conforme observa-se, o movimento inicia-se estruturalmente em 2002, a partir de articulações anteriores, o que dialoga com os históricos de outros grupos no Brasil: inicialmente, criados nos finais da década de 1970 e começo da década de 1980, nos grandes centros urbanos, todavia, devido a epidemia do HIV/Aids, os movimentos

sofreram um refluxo, se reestruturando só aos finais da década de 1990, abrangendo outras cidades (Facchini, 2003, p. 91-92). Esse histórico dos movimentos LGBTQIAPN+ confirma-se nas experiências montesclarenses, uma vez que as articulações para a organização surgiram dentro do projeto HSH, do GRAPPA, ou seja, dentro de um grupo que lidava com o HIV/Aids. Pela leitura, é possível identificar tanto como a LGBTfobia opera nos espaços institucionais de forma velada, e nos espaços públicos de forma violentamente escancarada, como nos homicídios citados.

4. Vivências, experiências e (re)existências

Neste tópico focaremos nas relações estabelecidas entre múltiplos espaços (públicos e privados) com a comunidade LGBTQIAPN+. Como na seção anterior citamos os efeitos que a epidemia do HIV/Aids gerou nos movimentos, em específico em Montes Claros, iniciaremos discutindo as relações entre as populações *queer* e a área de saúde. Assim, como no tópico anterior, apresentaremos primeiramente o Quadro 2 contendo informações sobre títulos bibliográficos e recorte temático.

Quadro 2. Relação de referências por título, autor e recorte temático

AUTORIA E DATA	TÍTULO	RECORTE
FERREIRA, A. (2009).	<i>Escorpião de seda: homoerotismo em contos brasileiros.</i>	Literatura Transgeneridades Montes Claros
RABELO, A. (2009).	<i>Sendo o que se pode ser: Vivência do preconceito, ocultamento e construção da identidade para homens homoafetivos.</i>	Homossexualidades Violência Montes Claros
SOUZA, L. et. al.. (2012).	<i>Análise da clientela idosa portadora de HIV atendida em um centro ambulatorial em Montes Claros, Minas Gerais.</i>	Saúde LGBTQIAPN+ HIV/Aids Montes Claros
BRITO, W. (2016).	<i>Percepção de profissionais de saúde e membros da</i>	Saúde LGBTQIAPN+ Serviços de Saúde Montes Claros

	<i>comunidade LGBT acerca do atendimento em saúde.</i>	
FERNANDES, C.; SCHNEIDER, L. (2016).	<i>Personagens travestis, exílio e subalternidade na literatura brasileira.</i>	Literatura Transgeneridades Montes Claros
BRANDÃO, V.; NOGUEIRA, M.; ALMEIDA, F. (2017).	<i>Homoafetividade e religião: o direito à diversidade cultural.</i>	Religião Homofobia Montes Claros
ALVES, R.; SOUZA NETO, G.; LADISLAU, C. (2019).	<i>Clube Atlético Mineiro e Cruzeiro Esporte Clube como experiência de lazer em bares da cidade de Montes Claros.</i>	Esportes Homofobia Montes Claros
ROVAI, M. (2020).	<i>“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos.</i>	Transgeneridades Vivências Norte de Minas Gerais
FONSECA, G.; SILVA, T.; BARBOSA, R. (2021).	<i>Ganhando a vida? Estratégias adotadas por travestis trabalhadoras do sexo nas ruas de Montes Claros, MG.</i>	Transgeneridades Prostituição Montes Claros
SANTOS, W.; ROCHA NETO, E. (2021).	<i>Diversidade+: o jornalismo literário como recurso de humanização à comunidade LGBTQIA+.</i>	Vivências LGBTQIAPN+ Violência Montes Claros
SILVA, N.; GOMES, P.; BRITO, W. (2021).	<i>La percepción de las/os psicólogas/os acerca de su trabajo sobre el género y la sexualidad.</i>	Saúde LGBTQIAPN+ Psicologia Montes Claros
CARDOSO, C. et. al. (2022).	<i>Coming Out e homofobia no trabalho: experiências em Montes Claros-MG.</i>	Vida profissional Homofobia Montes Claros
FERREIRA, F.; RIBEIRO, T.; BRITO, W. (2022).	<i>Percepção das pessoas trans acerca do acesso ao mercado de trabalho.</i>	Vida profissional Transgeneridades Montes Claros
FRERES, V. (2022).	<i>A subversão das noções de gênero na construção das</i>	Literatura Transgeneridades

	<i>personagens Gina e Moleirão: análises e desdobramentos.</i>	Montes Claros
TÓFANI, I. (2022).	<i>O estigma da puta e a regulamentação da prostituição: violências e marginalização de mulheres prostitutas em Montes Claros/MG (2009/2020)</i>	Transgeneridades Prostituição Montes Claros
ROVAI, M. (2023).	<i>Um livro, muitas vozes: as potencialidades de um trabalho de história oral em dimensão pública e dialógica com feminilidades trans.</i>	Transgeneridades Vivências Norte de Minas Gerais

O trabalho de Worney de Brito (2016) trata sobre as percepções acerca do atendimento em saúde destinado à comunidade LGBT em Montes Claros, a partir de entrevistas com 12 usuários *queer* do serviço e 12 profissionais (2016, p. 9). Dentre as considerações do autor, ressaltamos a visão das pessoas LGBT de que o serviço prestado é falho e precário, e seus receios em falar abertamente sobre suas sexualidades dissidentes, motivados pela perceptível cisheteronormatividade do espaço (Brito, 2016, p. 22-23). A população LGBT ouvida também queixa-se da falta de informações oferecidas pelo serviço e a debilidade das capacitações dos profissionais para realizarem o atendimento destinado ao público LGBT (2016, p. 26). Quanto à fala dos profissionais, percebemos os vestígios de preconceitos estruturais, de um assujeitamento na cisheterossexualidade (2016, p. 30), e o desconhecimento das demandas das populações LGBT para a área da saúde (Brito, 2016, p. 32).

Por sua vez, o artigo de Luis Paulo Souza *et. al.* (2012) discorre sobre idosos portadores de HIV/Aids em Montes Claros (2012, p. 769). Dos 13 idosos analisados, apenas 1 se identificava como homossexual (Souza *et. al.*, 2012, p. 771), mas podemos questionar, uma vez que existe um tabu em idosos se assumirem *queer*; além disso, a maioria são homens que se infectaram por relações com profissionais do sexo (2012, p. 771), o que nos permite

especular o lugar de travestis/trans nessa dinâmica - já que, conforme veremos nas discussões a seguir, as profissionais do sexo em sua maioria são travestis/trans.

Em um campo de transição entre os estudos de Saúde e de Humanidades, o artigo de Nathália da Silva, Polyana Gomes e Worney de Brito (2021) entrevista 10 psicólogos de Montes Claros, a fim de compreender suas abordagens sobre gênero e sexualidade (2021, p. 363). Os entrevistados relatam que mesmo tendo essas discussões em suas formações, elas se davam de modo precário e superficial (Silva; Gomes; Brito, 2021, p. 365). Os pesquisadores notaram também certo receio dos psicólogos em participarem dessa investigação (2021, p. 367-368).

Abordando os ambientes profissionais, o artigo de Carlos Cardoso, João Delgado, Felipe Couto e Alexandre Carrieri (2022) foca nas implicações de “sair do armário” no trabalho, para tanto realizaram entrevistas com 9 profissionais homossexuais, sendo 8 gays e 1 lésbica (2022, p. 1920). Os autores trazem importantes dados para mapear a LGBTfobia no município de Montes Claros: entre 2012 e 2019 houveram 57 ocorrências policiais relacionadas a preconceitos por orientação sexual, configurando a cidade como a 8ª de Minas Gerais com mais ocorrências; os autores também percebem um aumento a partir de 2015: de 75% para 2016, de 14% para 2017 e de 63% para 2018, e uma queda de 23% para 2019 (Cardoso *et. al.*, 2022, p. 1921) - o que gera o debate: as ocorrências aumentaram por que a população passou a denunciar mais os delitos que já ocorriam ou houve um aumento da violência? Podemos alegar que ambas as respostas, uma vez que o debate sobre LGBTfobia é recente e os canais de denúncia estão sendo criados e conhecidos agora; assim como, na segunda metade da década de 2010, o Brasil vivenciou uma onda de conservadorismo e neofascismo que explicaria esse aumento.

Das entrevistas, percebemos a pressão no espaço profissional para esconder a sexualidade (Cardoso *et. al.*, 2022, p. 1924) - o que chamaríamos nos espaços *queer* de “sigilo”. Nessa esteira, os entrevistados relatam os “conselhos” que recebem para ocultar suas sexualidades, sob o medo de uma futura represália caso sejam “descobertos”, como observa-se no trecho: “mas aqui, as pessoas não precisam saber. Cuidado!” (2022, p. 1924). Como notamos, nos espaços cishetero há um discurso dominante e despersonalizado que, de forma implícita, define os lugares sociais de cisheteros e LGBTQIAPN+, naturalizando

a cisheterossexualidade; tal discurso LGBTfóbico se manifesta também por meio de piadas e ridicularizações, como já apontou Rachel Soihet (2005) sobre a zombaria enquanto arma antifeminista; isso gera nos funcionários *queer* o medo de “saírem do armário” e terem esse discurso voltados contra eles (2022, p. 1925).

Nos relatos, quando os colegas sabem da sexualidade do funcionário *queer*, há uma desvalorização do indivíduo: não são ouvidos, atendidos, obedecidos e seus projetos são desclassificados (Cardoso *et. al.*, 2022, p. 1926). Os entrevistados também apontam suas tentativas de aumento da produtividade, para que não sejam questionados e, assim, suas sexualidades sejam usadas para desqualificá-los; isto é, escondem o *sujeito-queer* atrás do *sujeito-melhor-funcionário* (2022, p. 1925) - tal estratégia de (sobre)vivência não é autoquestionada, ainda que seja recorrente em sujeitos dissidentes numa tentativa de assimilação com a cisheterossexualidade, pois, como informa Halberstam (2020), as noções de sucesso e produtividade são decorrentes da ideologia burguesa heterossexual. Além disso, nota-se o rigor para com os vestuário e a apresentação/performance, definindo roupas, cortes de cabelos e cores masculinas e femininas (Cardoso *et. al.*, 2022, p. 1925).

Os entrevistados não identificaram políticas organizacionais de combate à LGBTfobia e alguns até demonstraram opiniões conformistas, afirmando que tais ações são mais excludentes que inclusivas, por separarem quem é cishetero e quem não é (Cardoso *et. al.*, 2022, p. 1926). Apenas 1 entrevistado revelou estar numa situação tranquila em ser *queer* no trabalho, informando que seus colegas são de outras cidades e que, por esse motivo, não geraria problemas (2022, p. 1924). De qualquer forma, esse “sigilo” acarreta em sentimentos de tristeza e isolamento (2022, p. 1925), e mesmo aqueles que relataram separar a “vida pessoal” da “vida profissional” (num evidente eco da separação público/privado), confessam sofrer com a LGBTfobia desses espaços; permitindo-nos concluir que mesmo as estratégias de “sigilo” servem apenas para a acomodação e diminuição de danos, mas não os evita completamente (Cardoso *et. al.*, 2022, p. 1927).

O “sigilo” também é tema da dissertação de Aline Rabelo, a partir de entrevistas com 7 homens gays, não assumidos, residentes de Montes Claros (2009, p. 37). Nos argumentos deles, nota-se uma defesa ferrenha da cisheteronormatividade, com críticas incessantes aos gays afeminados; revelam se policiar sempre (Rabelo, 2009, p. 118), se comportando

dentro dos moldes da masculinidade hegemônica, para não serem estigmatizados ou estereotipados como afeminados e, conseqüentemente, ridicularizados nos espaços cisheteros que frequentam (Rabelo, 2009, p. 121-122) - o que dialoga com a afirmação de Preciado (2017, p. 13) de que o espaço público é o lugar no qual a masculinidade heterossexual é produzida, portanto, para habitá-lo é necessário performá-la. Os entrevistados também não enxergam importância nos movimentos GLBTS, sendo indiferentes às mobilizações políticas para a conquista de direitos e percebem as paradas do orgulho não tendo utilidade senão serem espaços para afeminadas se exibirem e, posteriormente, serem ridicularizadas pelos cisheteros. Quanto aos conflitos gerados pela homofobia, os limitam aos seus espaços privados (amigos, família, relacionamentos), uma vez que não permitem que suas sexualidades habitem os espaços públicos (Rabelo, 2009, p. 116-117). A dissertação também traz informações para compreendermos as operações da LGBTfobia em Montes Claros: durante a primeira década dos anos 2000, foram registrados 6 homicídios e 1 tentativa por motivação LGBTfóbica, mas recorda-se que os casos devem ser mais numerosos, já que muitos crimes não são caracterizados dessa forma; paralelamente, o movimento se fortaleceu, pois, conforme os dados que constam, na Parada de 2004 participaram cerca de 500 pessoas, aumentando para 2000 em 2005, 5000 em 2006 e com estimativas de 15000 em 2007 (Rabelo, 2009, p. 13-14).

Essas noções dos entrevistados nos mostram como os sujeitos dissidentes não são homogêneos, com os mesmos objetivos, lutas e idealizações. Por isso, faz-se necessário que as abordagens se dêem de forma interseccional (entre cis/transgênero, sexualidade, raça-etnia, território, classe, etc.), vasculhando os lugares, privilégios e vulnerabilidades que cada indivíduo possui. Muitas vezes, homens gays recorrem a uma assimilação com o discurso hegemônico cisheteronormativo, numa posição “domesticada” e “despolitizada”, a fim de se resguardar e se acomodar, deixando que os outros sujeitos *queer* sejam o alvo das discriminações (Halberstam, 2022, p. 301). Isso é perceptível na fala desses indivíduos, ao criticarem o alinhamento às feminilidades e as mobilizações políticas e culturais. Nesse mesmo período, para que esses indivíduos pudessem se esconder e viver secretamente suas sexualidades, foram as aidéticas que tiveram que organizar o movimento e foram as afeminadas que tiveram que ser assassinadas.

O artigo de Fabrício Ferreira, Thaís Ribeiro e Worney de Brito (2022) discorre sobre a inserção de pessoas trans no mercado de trabalho em Montes Claros, entrevistando 3 transmasculinos e 3 transfemininas (Ferreira et al., 2022, p. 4). Os relatos focam na exigência por passabilidade para conseguir empregos formais (Ferreira et al., 2022, p. 6) - confirma-se, assim, que a correspondência entre aparência e empregabilidade é uma dificuldade recorrente para pessoas *queer*. Também nota-se como esses sujeitos são cobrados além do comum, com a exigência e expectativa de que sejam “os melhores”, uma vez que são vistos como incapazes de exercerem as mesmas funções que os ditos “normais”, isto é, cisheteros (Ferreira et al., 2022, p. 7).

As entrevistas também evidenciam a defasagem na educação e profissionalização de pessoas transgêneras, citando como fatores de agravo a invisibilidade e hostilidade nos/dos espaços escolares e a evasão escolar (Ferreira et al., 2021, p. 8). Além disso, queixam-se de não ser comum encontrar pessoas trans trabalhando em empregos formais, em horário comercial, na cidade, o que por si só já demonstra a falta de oportunidades e a segregação dessa população nessa região (Ferreira et al. 2021, p. 9) - nesse trecho, subentende-se o trabalho informal exercido por pessoas trans, que, em certo aspecto, será discutido, na sequência, acerca das atividades de transfemininas prostitutas.

Nesse eixo, o artigo de Giovanni Fonseca, Thiago Silva e Rose Barbosa (2021) discute sobre a prostituição exercida por travestis e mulheres trans em Montes Claros, trazendo os relatos de duas profissionais (2021, p. 225). Pelos informes, observa-se duas estratégias empregadas pelas trans: aumentar o lucro da noite de trabalho e minimizar os riscos de violência (Fonseca et al., 2021, p. 225). Conforme expõem, trabalham nas ruas, sob supervisão de uma cafetina, que cobra “pedágios” (um valor repassado para serem autorizadas a trabalharem naquele “ponto”); não pagar a cafetina gera punições, mas de toda forma, inserir-se nesses espaços, sob a vigilância da cafetina, é garantia de segurança, sem serem incomodadas ou atacadas (Fonseca et al., 2021, p. 226-227).

As travestis informam que os locais mais movimentados possuem mais clientela, todavia o valor do programa é menor; assim, tentam realizar o máximo possível de encontros por noite, para maximizarem os lucros, mas sempre com o receio de que o próximo cliente pode ser aquele que vai agredi-las - quanto mais clientes e mais tempo na rua, maiores as

chances de serem violentadas (Fonseca et al., 2021, p. 227-228), portanto relatam que evitam clientes rudes, bêbados ou drogados, que configuram sinais de alerta para possíveis casos de violência - e que levam consigo alguma lâmina que poderiam usar para se defender (Fonseca et al., 2021, p. 235). Ressaltam que a maioria dos clientes são homens cisheteros, mas que preferem posições “passivas” nas relações sexuais (Fonseca et al., 2021, p. 230), o que nos faz pensar os limites instáveis e controversos da masculinidade hegemônica, que condena as existências transgêneras à precariedade, subalternização e violência, mas que também quer ser *penetrada* por essas mesmas transfemininas.

De toda forma, as travestis preferem trabalhar nas ruas do que em bordéis, por conta da autonomia que as ruas proporcionam, podendo definir seus clientes, valores, horários e dias de trabalho (Fonseca et al. 2021, p. 231). Corroborando com essa análise, Ingrid Tófani (2022), em sua dissertação sobre prostitutas de Montes Claros, traz o dado de que 95% das profissionais do sexo que atendem nas ruas são travestis/trans, enquanto mulheres cisgêneras geralmente trabalham em bordéis, boates e *sites* (Tófani, 2022, p. 140).

Ainda sobre populações transgêneras, Marta Rovai (2020), entrevistando travestis no Sul de Minas Gerais, narra sobre Lucielly, natural do Norte de Minas e, atualmente, professora em Alfenas (Rovai, 2020, p. 9) - o que nos confirma que travestis/trans não estão restringidas aos espaços da prostituição; Lucielly também informa sobre seu processo para alteração do nome civil - recordamos aqui a pesquisa de Mendes (2013) sobre a importância dessa alteração para sujeitos trans -, mas o processo tramita no Norte de Minas e está parado desde 2017 (Rovai, 2020, p. 10), o que nos faz pensar sobre o descaso da Justiça em atender a população trans. Em outro artigo, relatando sobre transfeminilidades, Rovai cita Gisella Lima, de Montes Claros, que também aborda sobre as implicações do nome social em sua subjetividade (Rovai, 2023, p. 49).

Outros aspectos dessas (re)existências encontram-se no artigo de Wallison Santos e Elpídio da Rocha Neto (2021), que discorre sobre o trabalho de conclusão de curso de Santos, no qual propôs a criação de uma revista intitulada *Diversidade+*, voltada para as dissidências de gênero e sexualidade de Montes Claros (2021, p. 175). Para tanto, realizou entrevistas com 8 sujeitos *queer* (gay, lésbica, bissexual, homem trans, mulher trans, travesti, *drag-queen* e intersexo) e com 2 especialistas dos estudos de gênero e sexualidade

(Santos; Rocha Neto, 2021, p. 184). A edição da revista foi publicada em dezembro de 2020 e conta com 24 páginas (Santos e Neto, 2021, p. 176). Nas exposições, percebemos as recorrências de situações discriminatórias nas experiências desses sujeitos, as lutas políticas pelo reconhecimento social e as denúncias das situações de vulnerabilidade econômica e de abandono/descaso das políticas públicas (Santos e Neto, 2021, p. 186-187).

Continuando sobre as aparições LGBTQIAPN+ nos espaços impressos, também encontramos textos que abarcam a literatura, especificamente o conto “Ruiva” (1978), de Júlio César Monteiro Martins, o qual narra a história de uma transfeminina, Gina, de Montes Claros, migrando para São Paulo, para poder assumir-se publicamente, o que não era possível na cidade norte-mineira, já que era vítima de agressões (Ferreira, 2009, p. 269; Fernandes; Schneider, 2016, p. 164; Freres, 2022, p. 296). Um trecho é marcante em nossa leitura: quando a personagem diz que não nasceu mulher, mas sabe que não nasceu homem, que é esquisita (Fernandes e Schneider, 2016, p. 164), o que representa uma perspectiva não-biologizante, não-essencialista e *queer* (esquisita) de pensar o gênero.

Abordando esses espaços de entretenimento, o artigo de Rogério Alves, Georgino de Souza Neto e Carlos Ladislau (2019) analisa os momentos de lazer de torcedores ao assistirem transmissões de jogos de futebol em bares de Montes Claros (2019, p. 384). No estudo não identificaram torcedores gays, mas pelo contrário, o constante uso de xingamentos homofóbicos desferidos pelos torcedores uns aos outros, para se desqualificar (Alves et al., 2019, p. 387-388), o que nos demonstra como o território cisheterossexual é marcado pela LGBTfobia, que opera na forma de ridicularizações e no entendimento de que desvios de gênero e sexualidade sejam uma ofensa, um rebaixamento, uma desqualificação. Assim, fica a pergunta aos autores, se nesses espaços usam-se das dissidências de gênero e sexualidade para desqualificar aqueles que lá frequentam, por que haveria frequência de torcedores LGBTQIAPN+ se eles já são *a priori* desqualificados de habitarem esse espaço?

O último texto analisado neste tópico é de Viviane Brandão, Miguel Nogueira e Fabílice Almeida (2017), investigando as relações entre a homoafetividade e os espaços religiosos em Montes Claros, entrevistando 8 estudantes de 4 cursos de graduação de uma faculdade privada (2017, p. 6). Nas experiências transcritas, a adolescência é marcada como um momento conturbado pelos conflitos gerados entre a sexualidade dos adolescentes e suas

famílias religiosas (Brandão et al., 2017, p. 9). Todos os entrevistados relatam já terem sofrido discriminações - seja nos espaços religiosos, na rua, em estabelecimentos comerciais, na faculdade - e até mesmo tentativas de agressão (Brandão et al., 2017, p. 11). O preconceito também opera nesses relatos na forma de piadas e zombarias (Brandão et al., 2017, p. 12), como já apareceu em outros trabalhos. Destarte, apesar de reconhecerem uma abertura nas igrejas para os sujeitos *queer*, não percebem uma importância concreta em suas vidas, tendendo a uma posição de rejeição às instituições religiosas em decorrência das discriminações sofridas nesses espaços (Brandão et al., 2017, p. 13).

Ao fim, traçamos um pequeno mapeamento das vivências, experiências e (re)existências LGBTQIAPN+ norte-mineiras em diferentes espaços: nos serviços de saúde, em organizações de portadores do HIV/Aids, nos consultórios de psicólogos, no mercado de trabalho, na prostituição, nas migrações, na imprensa, na literatura, no esporte e na religião, percebendo as intersecções (e não divisões) que ocorrem entre o que é chamado de espaço público e privado quando se é um sujeito *queer*, afinal se a sexualidade é necessariamente do âmbito privado, como pessoas *queer* transitam pelos espaços cotidianos públicos senão de forma desviante e transgressora? Nota-se também as operações da LGBTfobia, em cercar essa mobilidade pública, e da cisheteronormatividade, em definir os lugares, o que deve ser dito, quem deve dizer, o que(m) deve ser ouvido, lembrado, visto, inclusive tendo respaldos de indivíduos LGBTQIAPN+ assimilados. Os relatos sobre episódios de discriminações, seja de violência discursiva, simbólica, psicológica ou física são recorrentes em todos os recortes de pesquisas apresentados aqui. Pelas informações de que múltiplos espaços não estão devidamente capacitados, desconhecem, ignoram ou rejeitam os sujeitos *queer*, confirma-se o que já havia alertado Butler (2009) de que vidas *queer* são vidas precárias: aqueles que não performam a norma não podem habitar o espaço público, não devem ser amparadas pelas políticas públicas. E apesar e com tudo isso, este tópico nos revela como esses sujeitos (re)existem criando e adaptando, de maneira subversiva, espaços *queer* em um território cisheterossexual, espaços esses marcados por afetos, estratégias de (sobre)vivências e reivindicações de direitos, quer sejam em grupos de portadores do HIV/Aids, quer seja nas escritas, nas falas, nos trabalhos formais e informais.

5. Educação precária

Como o último artigo analisado na seção anterior focou nas experiências de estudantes, para continuar o debate numa coerência narrativa, neste tópico buscamos traçar as pesquisas encontradas que se referem à comunidade LGBTQIAPN+ e/ou à LGBTfobia desenvolvidas na área da Educação, quer sejam pesquisas sobre o ensino básico ou o ensino superior, sobre currículos ou práticas, sobre docentes ou discentes (Quadro 3).

Quadro 3. Relação de referências por título, autor e recorte temático

AUTORIA E DATA	TÍTULO	RECORTE
SOUZA, É.; SOARES, R.; ALMEIDA, R. (2012).	<i>A educação afetivo-sexual no ensino de Ciências nas escolas públicas de Januária-MG.</i>	Professores Educação afetivo-sexual Januária
NASCIMENTO, L.; PEREIRA, A. (2015).	<i>Possíveis implicações na educação de Montes Claros-MG decorrente à “ideologia de gênero”.</i>	Ideologia de Gênero Política Montes Claros
JESUS, F. <i>et. al.</i> . (2016).	<i>Movimento homoafetivo no município de Montes Claros/MG.</i>	História do NEHOM Movimento LGBTQIAPN+ Montes Claros
FRANCISCO, T.; MENDES, S.; MEIRA, A. A. (2019).	<i>Gênero, sexualidade e diversidade na escola: resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido no Ifnmg, Campus Salinas.</i>	Professores Cisheteronormatividade Salinas
GONÇALVES, A.; RAMALHO, C.; MATOS SOBRINHO, J. (2020).	<i>O trabalho docente e as questões de gênero nas aulas de Educação Física do Ensino Médio em escolas no Norte de Minas Gerais.</i>	Professores Cisheteronormatividade Montes Claros
LAURENTINO, C.; <i>et. al.</i> . (2020).	<i>Breve análise de preconceito em uma escola estadual na cidade de Montes Claros-MG.</i>	Alunos Homofobia Montes Claros

NASCIMENTO, R.; AMORIM, M.; SILVA, E. (2020).	<i>O uso de oficina pedagógica na mediação de conflitos causados por estereótipos de gênero e sexualidade na escola: reflexões a partir de um relato de experiência.</i>	Oficina pedagógica Homofobia Montes Claros
NASCIMENTO, R.; FUKUSHIRO, L.; NASCIMENTO, R. (2020).	<i>Educação e preconceito nas licenciaturas: um estudo exploratório a partir da Escala F.</i>	Alunos Cisheteronormatividade e homofobia Montes Claros
MAGALHÃES, S. (2021).	<i>Entre regras e silenciamentos: gênero e sexualidade em escolas públicas de Montes Claros-MG.</i>	Professores e alunos Cisheteronormatividade Montes Claros
ROCHA, A.; MENDES, M. (2021).	<i>A institucionalização do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade no IFNMG: Relatos de experiência.</i>	História do NEPGS Cisheteronormatividade Norte de Minas Gerais
LOPES, J. et. al.. (2022).	<i>A percepção dos professores frente ao bullying de uma escola pública da cidade de Montes Claros.</i>	Professores Homofobia Montes Claros

A primeira pesquisa desta seção foi realizada por Élide Souza, Roberto Soares e Rosiney Almeida (2012), que procura averiguar o tema da educação afetivo-sexual, entrevistando 14 professores, das disciplinas de Ciências ou Biologia, de 8 escolas públicas da cidade de Januária (2012, p. 72). Assim, os autores procuram entender como a “educação sexual” é compreendida pelos professores entrevistados; quais concepções de sexualidade são estabelecidas e que se fazem presentes no ensino; e se há uma perspectiva no ensino da sexualidade humana que vá além do fator biológico unicamente, ou seja, que também considere os fatores sociais, culturais e psicológicos da sexualidade. Tal iniciativa, de considerar outros fatores, culminaria em uma “educação afetivo-sexual”, conforme nomeiam os autores (Souza et al., 2012, p. 71).

Os resultados obtidos pelos pesquisadores apontam para uma precariedade na formação dos professores de biologia, uma vez que 75% dos entrevistados relatam que o ensino da sexualidade humana, em suas respectivas graduações, limitava-se a aspectos biológicos, não incluindo os aspectos psicológicos, culturais e sociais, o que, conforme queixaram os mesmos, dificulta as aulas de educação sexual, sobretudo no que se refere às discussões sobre identidades de gênero, orientações sexuais, mas também sobre ISTs, gravidez na adolescência ou aborto (Souza et al., 2012, p. 73).

Podemos observar tal ponto no seguinte trecho: “quanto à temática da sexualidade mais requisitada pelos educandos para a abordagem em sala de aula, os temas mais citados foram DSTs, drogas, gravidez, aborto, contracepção, adolescência, primeira vez, menstruação, homossexualismo, hermafroditismo, e corpo” (Souza et al., 2012, p. 74); assim, percebemos que há um interesse dos alunos em buscarem compreender essas questões, todavia, há uma defazagem na formação docente em possibilitar um diálogo construtivo. Para além disso, ressaltamos aqui o uso incorreto dos termos “homossexualismo” e “hermafroditismo”: mesmo sendo um artigo da área da biologia (ainda que da licenciatura) e de uma década atrás, não nos convém passar despercebido o uso desses termos. Encerrando a discussão dessa pesquisa, os autores relatam que os professores não encontram nenhuma resistência da coordenação em abordarem essas temáticas em aula (Souza et al., 2012, p. 73): tal sinal é positivo, mas recordemos que se trata de uma pesquisa já datada e anterior à ascensão dos movimentos reacionários dos últimos anos, como o Escola Sem Partido ou o combate falacioso no campo educacional à chamada “ideologia de gênero”, bem como ressalta-se que os professores alegam não compreender essas temáticas com profundidade, o que nos faz questionar as abordagens com as quais elas eram empregadas e, por consequência, o não-incômodo que elas geravam.

Em resposta a esse último apontamento, a pesquisa de Luiz Nascimento e Amanda Pereira (2015) analisa um episódio de reacionarismo no âmbito da educação municipal de Montes Claros, sob as alegações de combate à “ideologia de gênero”. Segundo o relato dos autores, em junho de 2015, a Câmara Municipal votou uma emenda ao Plano Municipal de Educação (PME) que retirava a “ideologia de gênero” desse documento curricular. Mas, afinal, que “ideologia de gênero” estava presente no plano? O PME, em um único trecho,

propunha a criação de redes de proteção para evitar a evasão escolar decorrentes de discriminação racial, de orientação sexual ou identidade de gênero (Nascimento e Pereira, 2015, p. 3) - o que é um problema recorrente na educação! Essa única citação suscitou uma reação conservadora dos vereadores de Montes Claros.

Destarte, o que nos interessa aqui não é discutir as inconsistências e falhas na argumentação reacionária, mas perceber que esse debate, impulsionado pelo *fantasma da ideologia de gênero que assombra as escolas e devora criancinhas*, também se fez presente em Montes Claros (podemos afirmar) e talvez no Norte de Minas como um todo (podemos especular). Além disso, percebemos que a menção à orientação sexual e identidade de gênero encontrava-se em um trecho que vislumbrava resguardar essa população de sofrer pela discriminação e exclusão. Ao atacar esse ponto, compreendemos então um mecanismo do poder (do patriarcado, da cisheteronormatividade, da LGBTfobia), em descredibilizar essa pauta, invisibilizando-a e silenciando-a (se não precisamos falar sobre as violências que esse grupo em específico sofre, logo essa violência não existe - mais uma vez a noção de precariedade de Butler: a comunidade LGBTQIAPN+ *não tem direito* ao espaço público, à comoção pública, às políticas públicas de proteção).

O texto de Fabíola de Jesus *et. al.* (2016) busca traçar o histórico do movimento homoafetivo (como nomeiam) em Montes Claros, sobretudo a partir da atuação do NEHOM, da Unimontes. O projeto partiu da iniciativa do professor Ronilson Brito, que já dialogava com o GRAPPA e o MGG, e foi institucionalizado em 2008 (Jesus *et. al.*, 2016, p. 8). Conforme os autores relatam, houveram tentativas institucionais de boicotar o projeto - o que demonstra o funcionamento da LGBTfobia nos espaços institucionais, nos quais evitam que se falem sobre certos assuntos, e assim garantem a manutenção do discurso hegemônico (masculino, branco, cishetero), boicotando/censurando os discursos dissidentes. O núcleo foi responsável por organizar seminários, palestras, mesas-redondas, exposições de filmes, e foi pioneiro nos meios acadêmicos do Norte de Minas em direcionar o foco dos estudos e pesquisas para as questões da comunidade LGBTQIAPN+. Hoje, encontramos outros núcleos com objetivos parecidos, como o (In)serto (2017/Unimontes) e o NEPGS (2019/IFNMG). Para uma melhor (e mais poética) visualização sobre o (In)serto, indicamos o crônica da transfeminista de Montes Claros, Technogender (Virginia Santos), intitulada

“#4: *no rest for the wicked*” (2021), publicada em sua página na plataforma *Medium*. Pela leitura é possível visualizar os agenciamentos de sujeitos *queer* universitários na busca para a (re)construção de um espaço *queer* dentro da universidade.

Thiago Francisco, Santina Mendes e Ana Clara Meira (2019) analisam as concepções de gênero e sexualidade de docentes do IFNMG, *campus* Salinas; a pesquisa foi realizada em 2017, com 12 docentes, por meio de um questionário eletrônico (Francisco et al., 2019, p. 5). Os professores alegam que não foram instruídos para lidar com as questões de gênero e sexualidade e relatam desconhecimentos das temáticas (Francisco et al., 2019, p. 5). Entretanto, confessam que já presenciaram cenas de discriminação e preconceito no *campus* e reconhecem que o ambiente escolar é heteronormativo e excludente (Francisco et al., 2019, p. 7). Curiosamente, a pesquisa indaga aos professores se eles pensam se a homossexualidade é genética ou aprendida: grande parte (58%) entende como ambas as respostas (Francisco et al., 2019, p. 7). Não vamos discutir esses pormenores, mas ressaltar que, ao nosso ver, essa discussão é um tanto quanto infrutífera e descompassada: analisar se a homossexualidade é genética ou aprendida não gera efeitos práticos nas salas de aula desses professores para combater os episódios de LGBTfobia ou que os capacite teoricamente para compreenderem a temática. Além disso, o artigo emprega o termo “homossexualismo” (e diferente do artigo de Souza, Soares e Almeida, esse é da área da Educação e bem mais recente para empregar um termo que por si só é ofensivo) - o que denota não só o descuido dos pesquisadores, mas também que não só discentes ou docentes (educação básica ou superior) desconhecem o debate, mas até mesmo alguns pesquisadores também o ignoram.

Por sua vez, Amanda Gonçalves, Carla Ramalho e José Matos Sobrinho (2020) realizaram uma pesquisa com 4 professores de educação física, do ensino médio, de 3 escolas públicas de Montes Claros, a fim de compreender como as questões de gênero e sexualidade são percebidas nessas aulas (Gonçalves et al., 2020, p. 98). Inicialmente os pesquisadores percebem certa confusão dos docentes em conceituar gênero, ora confundindo com sexualidade, ora pendendo para uma visão determinista de sexo biológico (Gonçalves et al., 2020, p. 106) - além disso, para além do que os autores perceberam (por conta da cisheteronormatividade deles?), o gênero é sempre pensado de modo binário pelos

entrevistados (como mulher e homem, masculino e feminino). Perguntados sobre as desigualdades de gênero que ocorrem em suas aulas, os professores não souberam indicá-las (Gonçalves et al., 2020, p. 111), o que demonstra a defasagem de uma formação profissional voltada para perceber as diversidades e as discriminações de gênero e sexualidade. Os autores perguntam se os professores trabalham com as temáticas de gênero e sexualidade, ao que responderam que não trabalhavam com o termo, mas com “pluralidade” ou “inclusão” - mais uma vez o receio de falar publicamente em gênero e sexualidade. De qualquer modo, os autores, de forma um tanto quanto preocupante, relatam sobre uma ação de uma professora:

foi proposto às alunas e alunos que buscassem sobre como pessoas transgêneras são incluídas nas modalidades esportivas. Isso nos comprova que falar sobre gênero dentro da escola ainda é um tabu, por que não falar das questões de gênero que estão próximas aos alunos e alunas? Por que não abordar possíveis desigualdades que existam dentro da escola ou até mesmo nas aulas de Educação Física? (Gonçalves et al., 2020, p. 114).

Respondendo aos autores: porque falar sobre transgeneridades é falar sobre gênero; porque existem pessoas trans na educação básica; porque pessoas trans são também alunas ou professoras; porque esse debate é público e gera inúmeras reações nas mídias; porque talvez foram os próprios alunos que propuseram as discussões em sala; porque os alunos podem ter contato com as transgeneridades fora do ambiente escolar; porque não discutir as vivências transgêneras é tão problemático quanto as outras pautas colocadas pelo artigo; porque não existe uma hierarquia de quais temas são mais ou menos importantes ao feminismo ou à educação; porque negar essas discussões é cumprir a mesma agenda conservadora que criticamos, que impõe a invisibilização e o silenciamento dos debates sobre pessoas transgêneras na educação.

Carla Laurentino, Jéssica Rodrigues, Michele Araújo e Gildette Fonseca (2020) investigaram as ocorrências e noções de preconceito em uma escola estadual em Montes Claros. As autoras aplicaram um questionário com 60 discentes do ensino médio, dos quais 84% afirmaram já ter sofrido algum preconceito; desse percentual, apenas 3% alegaram “preconceito sexual”; todavia alguns dos discentes que marcaram o campo “outros” na especificação do preconceito, descreveram como “homofobia” (Laurentino *et. al.*, 2020, p.

71-72). Dessa forma, percebemos um certo desconhecimento dos alunos em identificar e tipificar os preconceitos; e se há desconhecimento dos indivíduos, as ações para o combate dessas ocorrências se tornam mais dificultosas - por isso, a importância de uma educação posicionada, que discuta essas temáticas e construa coletivamente com os alunos esses conhecimentos. Além disso, podemos criticar o formato do questionário, afinal, selecionar um ou outro tipo de preconceito é uma tarefa incoerente, já que muitas vezes as discriminações agem de forma mesclada (como nos ensinaram as feministas negras com o conceito de interseccionalidade).

Rafael Baioni Nascimento, Mônica Amorim e Edson Silva (2020) trazem um relato de experiência do uso de uma oficina pedagógica por um licenciando em História, em seu estágio, em uma escola pública de Montes Claros, na qual discutiu sobre estereótipos de gênero e sexualidade (Nascimento et al., 2020, p. 3). A ideia da oficina pedagógica surgiu após um episódio de *bullying* homofóbico contra um aluno novo, descrito como “afeminado” - interessante a pontuação dos autores de que esse aluno foi transferido de sua escola anterior por esse mesmo motivo (Nascimento et al., 2020, p. 8). Conforme o conflito em sala de aula escalava para a agressividade, entre detratores e vítima, o estagiário traçou um plano de intervenção por meio da oficina, baseada no *Caderno Escola sem Homofobia*, e, conforme os relatos, obteve resultados favoráveis (Nascimento et al., 2020, p. 13). Tal experiência nos permite visualizar algumas das concepções que alunos do ensino básico possuem acerca da comunidade LGBTQIAPN+ e de como a escola é palco para conflitos dessa vertente, lugar onde nos deparamos com os preconceitos de forma nítida - diferente do ensino superior, no qual o preconceito se manifesta veladamente, como vemos em outros relatos aqui colocados.

O trabalho desenvolvido por Rafael Baioni Nascimento, Luiz Fernando Fukushiro e Renan Nascimento (2020), no âmbito da Unimontes, trata de averiguar, a partir de algumas escalas, a presença e o grau de preconceitos encontrados em duas licenciaturas da referida universidade: a pesquisa contou com respostas de 86 estudantes dos cursos de Pedagogia e História (Nascimento et al., 2020, p. 100-101). As escalas utilizadas para a análise dos dados foram a Escala F (para averiguar o grau de adesão ao fascismo), desenvolvida por Adorno; a Escala Ho (para o grau de homofobia), desenvolvida por Venturi e Bokany; a

Escala He (para o grau de heteronormatividade), a Escala M (para o grau de machismo) e a Escala R (para o grau de racismo), as três desenvolvidas pelos pesquisadores (Nascimento et al., 2020, p. 102).

Conforme os resultados obtidos percebemos a presença de um preconceito moderado entre o corpo discente da universidade, sendo que o grau de adesão ao fascismo e à heteronormatividade foram os maiores dentre os obtidos. É assim possível identificar uma certa adesão e tendência a uma ideologia, discurso ou simbolismo conservador e preconceituoso, mas com certa rejeição de manifestações explícitas de discriminação/violência - essas quantificadas pelas escalas da homofobia, do machismo e do racismo (Nascimento et al., 2020, p. 106), ou seja, o preconceito e a discriminação ocorrentes no *campus* universitário se ligam mais a uma ideologia conservadora e repressiva, por meio de práticas discursivas e simbólicas, e não a uma violência física e dirigida; mas quer seja implícito ou explícito os preconceitos encontrados, ainda assim se configuram como práticas de violência. Aqui podemos fazer paralelos com o texto sobre a “ideologia de gênero” em Montes Claros; nas argumentações dos vereadores era visível uma preocupação em diferenciar o combate à “ideologia de gênero” da homofobia (Nascimento e Pereira, 2015, p. 2), ou seja, falar abertamente: “odeio gays!” gera uma reação negativa e tende a ser evitado, mas defender a supremacia da família heterossexual e a crença de que toda criança é, *por natureza*, cisgênero e heterossexual e não existem crianças LGBTQIAPN+ nas escolas do município, necessitadas de proteção do Estado, é positivo.

Além disso, todas as escalas apontam correlações entre si, uma vez que, compreende-se, um posicionamento preconceituoso geralmente é acompanhado de outros (Nascimento et al., 2020, p. 108). Mas, conforme os autores pontuam, é interesse notar a baixa correlação entre as escalas da homofobia e da heteronormatividade, o que demonstra que o preconceito contra pessoas não-heterossexuais e a crença na heterossexualidade enquanto norma social são fatores distintos e independentes, e não devem ser analisados como sinônimos (Nascimento et al., 2020, p. 109). De toda forma, o trabalho dos autores enriquece o debate demonstrando quais facetas do preconceito e da discriminação são encontrados no ambiente educacional de nível superior em Montes Claros.

Conforme Michel Foucault (1987), entendemos a escola como um lugar de produção de corpos disciplinados e dóceis, de assujeitamentos, no qual se aprende como *ser* homem, mulher, cisgênero e heterossexual; bem como, um espaço no qual ocorre, de forma contudente, o contato conflituoso entre o discurso hegemônico e os discursos dissidentes. Podemos vislumbrar tais afirmações na dissertação de Sandy Magalhães (2021), na qual entrevista 6 docentes dos anos iniciais do ensino fundamental e 3 ex-alunos *queer* de uma escola em Montes Claros (Magalhães, 2021, p. 41).

Nas falas dos docentes transparece suas visões cisheteronormativas, que são refletidas em suas práticas docentes, e como esses indivíduos não compreendem seus discentes *queer* (Magalhães, 2021, p. 44) - isto é, transparece como esses discentes são ininteligíveis para seus professores. Além disso, as entrevistas demonstram como as crenças religiosas dos professores ecoam em suas práticas em sala de aula (Magalhães, 2021, p. 47). Por sua vez, os relatos dos antigos alunos *queer* nos mostra as tentativas da escola em “ajudá-los” com suas dissidências de gênero e sexualidade (Magalhães, 2021, p. 48) - o que poderíamos chamar de tentativas de cura-gay. Nos episódios de violência relatados pelos ex-alunos, eles eram culpabilizados pela situação (Magalhães, 2021, p. 49). Os relatos também nos evidenciam como os corpos e sujeitos são produzidos por meio das práticas escolares, como pela divisão de jogos e brincadeiras de meninos e de meninas (Magalhães, 2021, p. 51), algo que já denunciou Guacira Louro (1997). Nesses relatos fica evidente como os mecanismos da vigilância e punição (Foucault, 1987) operam nas escolas, na busca de moldar e adequar corpos e subjetividades (Magalhães, 2021, p. 52-53).

Ana Paula Rocha e Maria Aparecida Mendes (2021) traçam um histórico da institucionalização do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) no IFNMG - o que nos possibilita pensar um certo (recente) interesse acadêmico por essa temática. Segundo as autoras, o NEPGS surgiu de demandas dos *campi* de Salinas, Pirapora e Januária, no ano de 2018 (Rocha e Mendes, 2021, p. 60). Conforme o relato, muitos dos profissionais do IFNMG desconhecem essas discussões e não são/estão instruídos para lidar, educar, compreender e/ou pesquisar as diversidades de gênero e sexualidade, mas essa é uma demanda que se fez/faz necessária (2021, p. 65) - mais uma vez percebe-se uma defasagem na formação profissional docente. O núcleo foi institucionalizado em 2019, mas

até maio de 2020 somente os *campi* de Salinas, Pirapora e Januária o instituíram (Rocha e Mendes, 2021, p. 66). Também é importante notar as denúncias de discriminações de gênero e sexualidade ocorridas dentro dos *campi* e a persistência do que as autoras chamam de um “preconceito velado” (Rocha e Mendes, 2021, p. 61) - ou seja, mesmo em ambientes de educação superior, nos quais, pelo senso comum, tende-se a pensar serem mais tolerantes com as diversidades de gênero e sexualidade, é possível rastrear o funcionamentos dos mecanismos de opressão e discriminação, quer sejam explícitos ou implícitos - tal perspectiva liga-se ao que foi apresentado por Nascimento, Fukushiro e Nascimento (2020).

A última pesquisa selecionada para esse tópico é de João Lopes *et. al.* (2022). Trata-se de uma exploração mais simples, acerca da recorrência do *bullying* em uma escola pública de Montes Claros, realizando entrevistas com 20 professores do 1º Ano do Ensino Médio (Lopes *et. al.*, 2022, p. 25). Verifica-se que o caráter homofóbico do *bullying* é um dos mais recorrentes, todavia nota-se certa imprecisão dos professores ao correlacionarem *bullying* e racismo como sinônimos (Lopes *et. al.*, 2022, p. 28-29). Desse modo, notamos a debilidade da formação docente em identificar variações de preconceitos e discriminações: não há como rastrear a LGBTfobia nos espaços escolares se os professores desconhecem o termo e suas implicações e não são treinados para perceber sua ocorrência.

Ao fim dessa explanação, podemos concluir a debilidade e precariedade dos sistemas educacionais, quer sejam do ensino básico ou do ensino superior, em discutirem questões de gênero e sexualidade em suas salas de aula. Os textos analisados ora discutiam sobre os conhecimentos dos professores sobre tais questões (Souza *et al.*, 2012; Francisco *et al.*, 2019; Gonçalves *et al.*, 2020; Magalhães, 2021), ora sobre os mecanismos de funcionamento dos preconceitos e discriminações de gênero e sexualidade (Nascimento e Pereira, 2015; Laurentino, 2020; Nascimento *et al.*, 2020; Nascimento *et al.*, 2020; Magalhães, 2021; Lopes *et. al.*, 2022) e também sobre as trajetórias de grupos de pesquisas como o NEHOM e o NEPGS (Jesus *et. al.*, 2016; Rocha e Mendes, 2021). Outro ponto possível analisar são os poucos trabalhos que se referem a outras cidades do Norte de Minas para além de Montes Claros: de maneira curiosa apenas os trabalhos vinculados ao IFNMG se debruçaram sobre essas outras cidades, como Januária, Salinas e Pirapora

(Souza et al., 2012; Francisco et al., 2019; Rocha e Mendes, 2021); já os artigos da Unimontes ou de faculdades privadas focaram na realidade de Montes Claros.

Ao longo dos relatos, advindos de diferentes realidades, percebemos a defasagem na educação dos professores e até mesmo entre alguns autores. Notamos como o preconceito por identidade de gênero ou orientação sexual se faz presente de forma velada no Ensino Superior e de forma escancarada no Ensino Básico. Além disso, a LGBTfobia muitas vezes não se faz visível, mas os discursos cisheteronormativos são percebidos em todos os artigos. A defasagem da formação nos compele a pensar estratégias de intervenção e a necessidade e importância de reivindicar um ensino posicionado, emancipador e crítico (Rovai e Monteiro, 2020), que discuta, questione e desnaturalize as hierarquias sociais, os preconceitos e os estereótipos, como o patriarcado, a cisheteronormatividade, o racismo, como já reivindicava Guacira Louro (1997; 2001). Se torna imprescindível que os debates da Academia extrapolem os muros das universidades e cheguem às escolas, que os professores sejam capacitados para perceberem as discriminações de gênero e sexualidade que ocorrem em suas salas, para conduzirem debates e elaborarem planos de ações que eduquem para a diversidade.

6. Considerações finais

Ao fim dessa cartografia *queer* do Norte de Minas Gerais, podemos concluir: primeiramente, a escassez de trabalhos encontrados (ao todo 33 textos), e até mesmo textos de temáticas que mantêm uma correlação com as questões LGBTQIAPN+, como sobre a epidemia do HIV/Aids, prostituição e movimentos feministas, não abordavam a população *queer*. Nota-se assim os mecanismos do discurso e da produção de verdade, como propôs Foucault e Butler, na interdição desses sujeitos: eles não podem falar e não se pode falar deles - porque se falassem, então, eles passariam a existir.

Lembrando da argumentação de Butler sobre as formas com as quais os mecanismos do poder operam em relação aos sujeitos dissidentes no espaço público, seja: pela criação do indivíduo menos que humano, que gera a rejeição, que deve ser combatido e eliminado; seja pela ocultação, silenciamento e invisibilização desses sujeitos nos discursos; percebemos a atuação do primeiro mecanismo nos relatos de homicídios e agressões por

LGBTfobia na região; e do segundo mecanismo na falta de informações, produções, registros encontrados para mapear essas vivências *queer* norte-mineiras.

De modo significativo, percebemos um grande enfoque nos indivíduos gays, e poucas informações sobre as outras subjetividades; mas tal problemática já tinha nos sido alertada por Halberstam, ao afirmar que os estudos sobre espaços *queer* geralmente são limitados às experiências gays (Halberstam, 2022, p. 294); assim como por Preciado, que denuncia o foco das cartografias identitárias na cultura gay, branca, urbana, de classe média, excluindo lésbicas e transgêneros (Preciado, 2017, p. 5). Acerca das lésbicas, que mal apareceram nesse mapeamento, Preciado argumenta: “a lésbica se vê desmaterializada de modo que a sua inserção no espaço é fantasmática, ela tem a qualidade de uma sombra, tem uma condição transparente ou produz um efeito antirreflexo do vampiro” (Preciado, 2017, p. 6).

Além disso, queixamos também da falta de uma análise interseccional nos textos discutidos: pouco sabemos, ao fim, sobre as experiências de sujeitos *queer* racializados, por exemplo. Essa lacuna, se torna ainda mais necessária de se analisar quando pensamos nas experiências assimilacionistas de alguns indivíduos (geralmente homens gays, brancos, da classe média). Outro ponto observado foi a predominância dos cenários montesclarenses nas produções: dos 33 trabalhos, 29 (cerca de 88%) são sobre Montes Claros; apenas 4 (12%) divergem, sendo que 2 referem-se ao Norte de Minas (1 por não se localizar nessa região, e o outro por discorrer sobre mais de uma cidade), 1 trata sobre Salinas e 1 sobre Januária.

Ressaltamos que dentre as produções encontradas, grande parte vinculam-se à área da Educação, o que indica uma preocupação neste campo acerca de garantir a estabilidade dos sujeitos *queer* nos ambientes escolares (evitando as situações de discriminação e evasão escolar), bem como de analisar como essas temáticas têm sido abordadas, aceitas e rejeitadas nos currículos e práticas. Por fim, fazemos um apelo aos núcleos e grupos de estudos e pesquisas de gênero e sexualidade, do ambiente universitário norte-mineiro, que deem prosseguimento nessas pesquisas, preenchendo essas lacunas, e rompendo com os silenciamentos, invisibilizações e apagamentos que esses sujeitos são submetidos. E, mais do que isso, apelamos para que publicizem essas histórias: essas vivências, experiências e

(re)existências, ao contrário do que dita os regimes de poder, podem e devem habitar os espaços públicos.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi realizada no âmbito do Observatório Norte Mineiro de Violência de Gênero, vinculado ao Grupo de Pesquisa e Estudos Gênero e Violência, da Universidade Estadual de Montes Claros, sob orientação da Profa. Dra. Cláudia Maia. Agradeço, especificamente, ao financiamento decorrente de emenda parlamentar da deputada estadual Marilene Alves.

Referências

Alves, R.; Souza Neto, G.; LADISLAU, C. (2019). Clube Atlético Mineiro e Cruzeiro Esporte Clube como Experiência de Lazer em Bares da Cidade de Montes Claros. **Revista Brasileira De Ciências Do Esporte**, 41(4), p. 384-390.

Brandão, V.; Nogueira, M.; Almeida, F. (2017). Homoafetividade E Religião: O Direito à Diversidade Cultural. **Humanidades**, 6(1), p. 1-17.

Brito, W. (2016). Percepção De Profissionais de Saúde e Membros da Comunidade Lgbt Acerca Do Atendimento em Saúde. 52. Defesa de Mestrado em Cuidado Primário em Saúde. Universidade Estadual De Montes Claros, Montes Claros.

Butler, J. (2009). Performatividad, Precariedad y Políticas Sexuales. **Revista de Antropología Iberoamericana**, 4(3), p. 321-336.

Butler, J. (2011) Vida Precária. **Contemporânea**, 1, p. 13-33.

Cardoso, C. *et. al.*. (2022). *Coming Out* e Homofobia no Trabalho: Experiências em Montes Claros-Mg. **Revista Psicologia: Organizações E Trabalho**, 22(1), p. 1920-1928.

Coacci, T. (2019). Movimento Trans em Belo Horizonte: Resgatando o Histórico e Mapeando o Presente. **Cadernos Pagu**, 55, p. 1-42.

Facchini, R. (2003) Movimento Homossexual no Brasil: Recompondo um Histórico. **Cadernos Ael**, 10(18/19), p. 91-92.

Fernandes, C.; Schneider, L. (2016). Personagens Travestis, Exílio e Subalternidade na Literatura Brasileira. **Palimpsesto**, 15(22), p. 156-171.

Ferreira, A. (2009). Escorpião de Seda: Homoerotismo Em Contos Brasileiros.

Ferreira, F.; Ribeiro, T.; Brito, W. (2022). Percepção das Pessoas Trans Acerca do Acesso ao Mercado de Trabalho. **Revista Psicologia, Diversidade E Saúde**, 11, p. 1-13.

Fonseca, G.; Silva, T.; Barbosa, R. (2021). Ganhando a Vida? Estratégias Adotadas por Travestis Trabalhadoras do Sexo nas Ruas de Montes Claros, Mg. **Argumentos**, 18(2), p. 221-238.

Foucault, M. (1999). A Ordem Do Discurso. 5. Loyola, São Paulo.

Foucault, M. (1987). Vigiar E Punir: Nascimento Da Prisão. Vozes, Petrópolis.

Francisco, T.; Mendes, S.; Meira, A. A. (2019). Gênero, Sexualidade e Diversidade na Escola: Resultados de um Projeto de Pesquisa Desenvolvido no Ifnmg, Campus Salinas. **Research, Society And Development**, 8(9), p. 1-9.

Freres, V. (2022). A Subversão das Noções de Gênero na Construção das Personagens Gina e Moleirão: Análises e Desdobramentos. **Cadernos Acadêmicos: Conexões Literárias**, 3, p. 292-305.

Gonçalves, A.; Ramalho, C.; Matos Sobrinho, J. (2020). O Trabalho Docente e as Questões de Gênero nas Aulas de Educação Física do Ensino Médio em Escolas no Norte de Minas Gerais. **Revista Diversidade e Educação**, 8(1), p. 96-126.

Halberstam, J. (2020). A Arte Queer Do Fracasso. Cepe, Recife.

Halberstam, J. (2022). Temporalidade *Queer* e Geografia Pós-Moderna. **Periódicus**, 18(1), p. 282-305.

Jesus, F. *et. al.*. (2016). Movimento Homoafetivo no Município de Montes Claros/Mg. Congresso em Desenvolvimento Social, 5, Montes Claros, 2016. **Anais do V Congresso em Desenvolvimento Social: Estado, Meio Ambiente E Desenvolvimento**, p. 5-10. Montes Claros: Unimontes.

Jesus, F.; Brandão, V.; Sales, D. (2014). Homossexualidade e Direitos Humanos: Uma Relação Necessária. **Humanidades**, 3(1), p. 117-123.

Jesus, F.; Santos, S.; Sales, D. (2015). Movimento Homossexual e a Busca pelo Reconhecimento dos Direitos dos Homossexuais no Sertão Norte-Mineiro. **Humanidades**, 4(1), p. 117-122.

Laurentino, C.; *et. al.*. (2020). Breve Análise de Preconceito em uma Escola Estadual na Cidade de Montes Claros-Mg. **Revista Ciranda**, 4(1), p. 67-76.

Lauretis, T. (2000). *Diferencias: Etapas de un Camino a Través del Feminismo*. Madrid: Horas y Horas.

Lopes, A.; Niza, J. (2017). Políticas Públicas no Combate à Homofobia. **Revista Estação Científica**, 17, p. 1-21.

Lopes, J. *et. al.*. (2022). A Percepção dos Professores Frente ao Bullying de uma Escola Pública da Cidade de Montes Claros. **Educação Física Escolar: Múltiplos Olhares**. Guarujá, p. 24-33.

Louro, G. (1997). *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista*. Vozes, Petrópolis.

Louro, G. (2001). Teoria Queer - Uma Política Pós-Identitária para a Educação. **Estudos Feministas**, 9(2), p. 541-553.

Magalhães, S. (2021). Entre Regras e Silenciamentos: Gênero e Sexualidade em Escolas Públicas de Montes Claros-Mg. 89. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual De Montes Claros, Montes Claros.

Mendes, S. (2013). O Direito à Mudança de Nome pelo Transexual como Efetivação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Fas@Jus, Revista Da Faculdade De Direito Santo Agostinho**, 3(1), p. 37-44.

Nascimento, L.; Pereira, A. (2015). Possíveis Implicações na Educação de Montes Claros-Mg Decorrente à “Ideologia De Gênero”. Fórum Internacional de Pedagogia, 7, Parintins. Anais do VII Fórum Internacional De Pedagogia: **A Pesquisa na Graduação, Dialogicidade, Autonomia e Formação de Professores**. 1(4), p 1-11. Realize, Campina Grande.

Nascimento, R.; Amorim, M.; Silva, E. (2020). O Uso de Oficina Pedagógica na Mediação de Conflitos Causados por Estereótipos de Gênero e Sexualidade na Escola: Reflexões a Partir de um Relato de Experiência. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 15(2), p. 1-19.

Nascimento, R.; Fukushiro, L.; Nascimento, R. (2020). Educação e Preconceito nas Licenciaturas: Um Estudo Exploratório a Partir da Escala F. **Conhecimento & Diversidade**, 12(28), p. 99-113.

Neves, S. (2020). Cartografia Decolonial Catrumana. 245. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Socia. Universidade Estadual De Montes Claros, Montes Claros.

Peixoto, V. (2020). Crimes Contra Lgbts no Brasil e o Discurso do Estado Pelos Órgãos de Segurança Pública e Jurídicos. **Gênero**, 20(2), p. 225-248.

Pereira, A. (2006). Múltiplos Olhares Sobre a Região Norte de Minas. **Revista Cerrados**, 4(1), p. 23-41.

Preciado, P. (2017). Cartografias Queer: O Flâneur Perverso, a Lésbica Topofóbica e a Puta Multicartográfica, ou como Fazer uma Cartografia *Zorra* com Annie Sprinkle. **Performatus**, 5(17), p. 1-32.

Rabelo, A. (2009). Sendo o que se Pode Ser: Vivência do Preconceito, Ocultamento e Construção da Identidade para Homens Homoafetivos. 145. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte.

Rocha, A.; Mendes, M. (2021). A Institucionalização do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade no Ifnmg: Relatos De Experiência. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, 5(2), p. 55-69.

Rovai, M. (2020). “A Gente é Pessoa!”: Narrativas de Mulheres Trans Sobre Direitos Humanos. **Tempo e Argumento**, 12(29), p. 1-28.

Rovai, M. (2017). Educação para a Diversidade de Gênero e Sexualidade: Refletindo sobre Práticas e Discursos. **Rev. Ciências Humanas**, 10(2), p. 47-55.

Rovai, M. (2023). Um Livro, Muitas Vozes: As Potencialidades de um Trabalho de História Oral em Dimensão Pública e Dialógica com Feminilidades Trans. **História Oral**, 26(1), p. 43-61.

Rovai, M.; Monteiro, L. (2020). História das Mulheres e História Pública: Desafios e Potencialidades de um Ensino Posicionado. **História em Reflexão**, 14(27), p. 206-230.

Santos, W.; Rocha Neto, E. (2021). *Diversidade+*: O Jornalismo Literário como Recurso de Humanização à Comunidade Lgbtqia+. **Recital**, 3(3), p. 174-194.

Silva, N.; Gomes, P.; Brito, W. (2021). La Percepción de las/os Psicólogas/os Acerca de su Trabajo sobre el Género y la Sexualidad. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 10(3), p. 360-369.

Soihet, R. (2005). Zombaria como Arma Antifeminista: Instrumento Conservador entre Libertários. **Estudos Feministas**, 13(3), p. 591-611.

Souza, É.; Soares, R.; Almeida, R. (2012). A Educação Afetivo-Sexual no Ensino de Ciências nas Escolas Públicas de Januária-Mg. **Revista Mineira De Ciências Da Saúde**, 4, p. 69-77.

Souza, L. *et. al.*. (2012). Análise da Clientela Idosa Portadora de HIV Atendida em um Centro Ambulatorial em Montes Claros, Minas Gerais. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, 15(4), p. 767-776.

Technogender (Virginia Santos). (2021). #4: *No Rest For The Wicked*. **Medium**.

Tófani, I. (2022). O Estigma da Puta e a Regulamentação da Prostituição: Violências e Marginalização de Mulheres Prostitutas em Montes Claros/Mg (2009/2020). 175. Dissertação de Mestrado Em História. Universidade Estadual De Montes Claros, Montes Claros.